



**2º Simulado Especial**

# **TRT RJ**

**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**  
**Pós-Edital**

# Simulado

2º Simulado Especial TRT-RJ (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do TRT-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/d5NJgH5hYfX7h5Ds5>

- |                |                |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E | 25 - A B C D E | 37 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E | 26 - A B C D E | 38 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E | 27 - A B C D E | 39 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 16 - A B C D E | 28 - A B C D E | 40 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 17 - A B C D E | 29 - A B C D E | 41 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 18 - A B C D E | 30 - A B C D E | 42 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 19 - A B C D E | 31 - A B C D E | 43 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 20 - A B C D E | 32 - A B C D E | 44 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 21 - A B C D E | 33 - A B C D E | 45 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 22 - A B C D E | 34 - A B C D E | 46 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 23 - A B C D E | 35 - A B C D E | 47 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 24 - A B C D E | 36 - A B C D E | 48 - A B C D E | 60 - A B C D E |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/5EUf>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Pesquisas científicas realizadas nas últimas décadas em diversas partes do mundo vêm evidenciando uma forte correlação entre maus-tratos a animais e a violência interpessoal. Os atos de crueldade contra animais domésticos não ocorrem de maneira isolada, sendo reconhecidos como potenciais indicadores de disfunções no ambiente familiar. O presente estudo teve como objetivo descrever os casos de maus-tratos a animais domésticos registrados no município de Belo Horizonte (MG), no período de 2016 a 2020, e analisar a conexão existente entre essas ocorrências e episódios de violência interpessoal. Para isso, foi conduzido um estudo epidemiológico observacional, com base em dados extraídos de quatro fontes institucionais distintas: a Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra a Fauna, a Divisão de Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, a Superintendência de Informações e Inteligência Policial e o Juizado Especial Criminal.

Os registros analisados revelaram que os maus-tratos ativos, de natureza intencional — como agressões físicas e intoxicação proposital — foram mais frequentes do que os casos de negligência, sendo também responsáveis por um número maior de óbitos entre os animais. Embora os cães tenham sido os mais atingidos em termos absolutos, os felinos foram as vítimas mais recorrentes das formas mais cruéis de violência, com maior chance de morte. Em domicílios nos quais havia animais de estimação, constatou-se que práticas como espancamento e agressão psicológica eram recorrentes. Esses dados revelam que a violência dirigida aos animais frequentemente coexistia com contextos familiares marcados por tensão, abusos e violações de direitos humanos.

Paralelamente, os dados referentes à violência interpessoal apontaram que mulheres vítimas de violência doméstica sofriam, majoritariamente, agressões cometidas por cônjuges ou ex-cônjuges, sendo a violência psicológica, moral e física as mais comuns. Além disso, constatou-se que filhos dessas mulheres, especialmente crianças e adolescentes, também

figuravam entre as vítimas dos mesmos agressores. O consumo de álcool no ambiente doméstico mostrou-se um fator de risco relevante, potencializando a ocorrência e a gravidade das agressões tanto contra os humanos quanto contra os animais presentes nesses núcleos familiares. Assim, a análise conjunta dos dados reforça a ideia de que os maus-tratos a animais devem ser entendidos como parte de um ciclo de violência mais amplo, cujas vítimas se estendem para além dos seres humanos.

Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial e multiprofissional no enfrentamento das diferentes formas de violência. A atuação coordenada entre órgãos públicos, autoridades policiais, serviços de saúde e assistência social é essencial para que os ciclos de violência sejam identificados e rompidos com eficácia. Além disso, é fundamental que os maus-tratos a animais sejam encarados como alerta para situações de vulnerabilidade familiar, exigindo atenção imediata por parte dos profissionais envolvidos na rede de proteção. A compreensão holística desses contextos — levando em conta o histórico dos agressores, o perfil das vítimas e os fatores de risco associados — é indispensável para a formulação de políticas públicas integradas e efetivas, que promovam o bem-estar de todos os membros da família, humanos ou não humanos.

1. A partir da leitura do texto acima, não é possível inferir que:
  - a) Maus-tratos intencionais a animais equiparam, em frequência e gravidade, os casos de negligência.
  - b) Cães são os mais atingidos, embora felinos sofram formas mais letais de violência.
  - c) Ambientes domésticos violentos revelam recorrência de abusos físicos e psicológicos contra mulheres, crianças e animais.
  - d) O consumo de álcool figura como agravante na perpetuação dos ciclos de agressão.
  - e) A abordagem intersetorial e holística é imperativa para a ruptura das tramas violentas no seio familiar

2. Traduz-se corretamente um segmento do texto em:

- a) Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial (4º par.) → À luz dos dados, impõe-se uma abordagem segmentada no combate à violência.
- b) Os atos de crueldade contra animais domésticos não ocorrem de maneira isolada (1º par.) → Os atos de crueldade contra animais domésticos, por vezes, emergem como expressões autônomas de perversidade humana.
- c) Os felinos foram as vítimas mais recorrentes das formas mais cruéis de violência (2º par.) → Os felinos despontaram como alvos preferenciais das manifestações mais atroz de violência.
- d) Além disso, constatou-se que filhos dessas mulheres, especialmente crianças e adolescentes, também figuravam entre as vítimas dos mesmos agressores (3º par.) → Ademais, verificou-se que os descendentes, provavelmente crianças e adolescentes, padeciam sob a violência dos mesmos algozes.
- e) A compreensão holística desses contextos — levando em conta o histórico dos agressores, o perfil das vítimas e os fatores de risco associados — é indispensável → A análise fragmentada desses contextos, desconsiderando antecedentes, perfis e vulnerabilidades, compromete a eficácia das intervenções.

3. As normas de concordância encontram-se plenamente respeitadas em:

- a) Convém que todos os animais sejam amparados por legislações mais rígidas.
- b) Caberiam aos órgãos públicos e às redes de proteção uma atuação integrada no enfrentamento das múltiplas formas de violência.
- c) Certamente se esperam das instituições competentes uma resposta articulada e eficaz diante dos ciclos interligados de violência.
- d) A divulgação de casos de maus-tratos contra animais, sobretudo quando amplificada pelos

meios de comunicação e pelas redes sociais, contribuem não apenas para a mobilização da sociedade civil, mas também para o fortalecimento de políticas públicas de proteção animal

- e) Não se discute sobre novas políticas de proteção animal sem considerar, de forma transversal, a interrelação entre os maus-tratos e os contextos de violência interpessoal.

4. Assinale a única alternativa na voz ativa que admite transposição para a voz passiva:

- a) A sociedade repudia com veemência os maus-tratos praticados contra os animais.
- b) Nos lares marcados pela violência, frequentemente sofrem também os animais.
- c) É nos gestos cotidianos que se revela a natureza da relação entre humanos e animais.
- d) Aos agressores, pouco importa o sofrimento infligido a seres indefesos.
- e) Contra a crueldade, levantam-se vozes de diferentes setores sociais.

5. Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial e multiprofissional...

Das frases abaixo, assinale aquela que apresenta termo que exerce a mesma função sintática que o termo destacado acima:

- a) O poder público ignora, muitas vezes, os sinais de violência que se manifestam primeiramente contra os animais.
- b) Em lares conflituosos, os animais tornam-se as primeiras vítimas do descontrole emocional dos agressores.
- c) Não há proteção efetiva à infância quando se negligencia o sofrimento dos seres não humanos.
- d) À medida que se tolera a crueldade animal, naturaliza-se o abuso em outras esferas da convivência.
- e) Autoridades e cidadãos precisam reconhecer os maus-tratos como alerta para outras formas de violência.

6. Assinale a única alternativa em que a oração destacada tenha valor de oposição.
- a) Os agressores, **que muitas vezes possuem histórico de violência**, reincidem em comportamentos cruéis dentro do ambiente familiar.
  - b) A população, **à medida que se conscientiza dos direitos dos animais**, pressiona por políticas públicas mais eficazes.
  - c) As autoridades, **quando devidamente capacitadas**, conseguem identificar com mais precisão os sinais de violência doméstica.
  - d) Os lares, **onde impera o silêncio cúmplice**, tornam-se terreno fértil para o sofrimento invisível de humanos e animais.
  - e) A sociedade, **embora tenha avançado em leis protetivas**, ainda falha na prevenção da crueldade contra os animais.
7. Assinale a única alternativa que apresente elemento destacado empregado incorretamente.
- a) Eis a causa **a que** todos atribuem a recente onda de violência.
  - b) Trata-se de um problema **sobre o qual** pouco se discute nas esferas públicas.
  - c) Encontraram os documentos **por meio dos quais** comprovaram os maus-tratos.
  - d) Essa é a lei **em que** se fundamentam as denúncias de crueldade animal.
  - e) O lar **do qual** ocorreram os abusos permanecia em total silêncio.
8. Assinale a frase em que é respeitado o emprego correto de pontuação.
- a) À margem das estatísticas oficiais persistem, inúmeros casos de crueldade silenciosa contra os animais nos lares domésticos.
  - b) De inúmeros lares marcados pela violência, emergem relatos, de agressões simultâneas a mulheres, crianças e animais.
  - c) Nos discursos institucionais de combate à violência, raramente se contempla com a devida seriedade, o sofrimento dos seres não humanos.
  - d) Em meio ao descaso estrutural, perpetuam-se práticas brutais que atingem, indistintamente, humanos e animais.
  - e) À revelia das normativas legais existentes, mantém-se a impunidade de muitos agressores que ao violentar os animais, antecipam o risco de ofensas maiores no seio familiar.
9. A única frase que corresponde a um resumo correto, claro e coerente do que foi expresso no texto é:
- a) Estudos recentes evidenciam de que os maus-tratos a animais domésticos estão fortemente associados à contextos de violência interpessoal, especialmente no ambiente familiar.
  - b) O estudo conclui que o enfrentamento da violência deve ser intersetorial e holístico, considerando as múltiplas vítimas e os fatores de vulnerabilidade que compõem o ciclo violento.
  - c) Os casos de maus-tratos intencionais superaram aos de negligência, com felinos figurando entre as vítimas mais atingidas por atos cruéis, frequentemente letais.
  - d) Em lares marcados por violência doméstica, constataram-se que animais, mulheres e filhos frequentemente sofrem abusos do mesmo agressor, agravados pelo consumo de álcool.
  - e) A pesquisa, de caráter observacional, analisou dados de Belo Horizonte entre 2016 e 2020, negando padrões de crueldade animal associados à agressões contra mulheres e crianças.

10. Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial e multiprofissional no enfrentamento das diferentes formas de violência.

No contexto em que foi inserido, o termo destacado não equivale a:

- a) evidências
- b) constatações
- c) percepções
- d) resultados
- e) conclusões

### **RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

*Eduardo Mocellin*

11. Em um festival de música, há quatro tipos de ingressos disponíveis: Pista, Camarote, VIP e Backstage. Nesse festival, um terço dos ingressos vendidos são do tipo Pista, um quinto dos ingressos vendidos são do tipo Camarote e foram vendidos exatamente 10 ingressos VIP. Sabendo-se que pelo menos um ingresso de cada tipo foi vendido, o número mínimo de ingressos Backstage vendidos é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

12. Em um sistema de codificação de mensagens, um número secreto  $X$  satisfaz as seguintes condições quando decodificado:

- Ao ser dividido por 13, deixa resto 2.
- Ao ser dividido por 17, deixa resto 3.

Sabendo-se que o valor de  $X$  é menor que 80, o resto da divisão do código secreto por 15 é:

- a) 3

- b) 0
- c) 5
- d) 12
- e) 9

13. Em um estádio de futebol, 100 torcedores estão assistindo a um jogo. Durante o intervalo, esses torcedores começam a sair do estádio em grupos sequenciais: o primeiro grupo tem 1 torcedor, o segundo tem 2, o terceiro tem 3, e assim por diante. Em determinado momento, após a saída de um desses grupos, o número de torcedores restantes no estádio será, pela primeira vez, menor que 50. Nesse instante, o número de torcedores que permaneceram no estádio é:

- a) 48
- b) 47
- c) 45
- d) 44
- e) 41

14. Em um jogo de estratégia, certas ações são desencadeadas por condições específicas. Considere as seguintes regras:

- Se meu personagem está com energia total e encontro um item raro, então enfrento o chefe final.
- Sempre que enfrento o chefe final e não uso um poder especial, obtenho a recompensa máxima.

Na última partida, não obtive a recompensa máxima e não usei um poder especial. Logo, na última partida, necessariamente:

- a) Meu personagem não estava com energia total.
- b) Encontrei um item raro.
- c) Não enfrentei o chefe final.
- d) Meu personagem estava com energia total.
- e) Enfrentei o chefe final.

15. Em um parque de diversões, o número de brinquedos visitados por 10 crianças durante um dia corresponde ao seguinte conjunto ordenado de valores:

4,5,5,9,  $a$ , 14,16,18,  $b$ , 21

Sabendo-se que a média e a mediana do número de brinquedos visitados por essas 10 crianças foram, ambas, iguais a 12, o valor de  $a + b$  é:

- a) 27
- b) 28
- c) 29
- d) 30
- e) 31

### **NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE**

*André Rocha*

16. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que estabelece a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS). Sobre a Resolução CNJ nº 550/2024, julgue a assertiva correta.

- a) Os órgãos do Poder Judiciário devem monitorar os resultados dos indicadores de desempenho do PLS e de suas respectivas metas, bem como das ações previstas no plano de ações a cada 5 (cinco) anos.
- b) Os órgãos do Poder Judiciário ficam dispensados da elaboração do Relatório de Desempenho dos seus respectivos PLS caso já tenham instituído comissão gestora formada por ao menos 5 (cinco) membros titulares.
- c) O relatório de desempenho do PLS do órgão deve ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 31 de março do ano posterior ao que se refere.
- d) A Unidade de Sustentabilidade possui a competência de fomentar ações que estimulem a

mitigação de emissões de gases de efeito estufa no âmbito do órgão do Poder Judiciário.

- e) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário é composto pelo Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo STF.

### **CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES**

*Tiago Zanolla*

17. Durante a apuração de uma denúncia interna no TRT/RJ, constatou-se que um servidor do setor de licitações passou a tomar decisões administrativas visando beneficiar uma empresa de familiares, mesmo que não tivesse participação formal nas contratações. Ainda que não tenha havido prejuízo concreto ao erário, a conduta foi analisada à luz do Código de Ética.

Nesse contexto, qual princípio fundamental foi violado de forma mais direta?

- a) A inovação, por não ter sido apresentada nova solução para os contratos vigentes.
- b) A eficácia, uma vez que o serviço público não atingiu os resultados esperados.
- c) A neutralidade político-partidária, por envolver favorecimento indevido.
- d) A impessoalidade, já que houve direcionamento de conduta visando interesse privado.
- e) O desenvolvimento profissional, por não buscar aprimoramento contínuo.

**18.** No exercício de sua função gerencial no TRT-RJ, a servidora Carla recebeu convite para participar de um congresso jurídico internacional. As passagens aéreas e a hospedagem seriam custeadas pelo organizador do evento, uma empresa que tem processo pendente de análise no órgão sob sua chefia direta. Para justificar sua participação, Carla alegou que tornaria pública a remuneração e o patrocínio da viagem.

À luz do Código de Ética dos Servidores do TRT-RJ, a conduta de Carla é:

- a) Ética, desde que o evento seja de interesse institucional.
- b) Ética, pois a divulgação do patrocínio isenta a servidora de responsabilidade.
- c) Antiética, pois a empresa patrocinadora tem interesse em decisão a ser tomada pela servidora.
- d) Permitida, desde que o convite seja estendido a outros gestores.
- e) Permitida apenas se houver autorização da chefia imediata.

## **REGIMENTO INTERNO**

*Tiago Zanolla*

**19.** Durante uma reunião institucional, um servidor técnico questionou a composição do Órgão Especial do TRT da 1ª Região, sugerindo que seus membros não eram designados por critérios objetivos. Um Analista esclareceu que, além da previsão regimental, essa composição é condicionada a regras constitucionais e normativas do CNJ.

Com base no Regimento Interno do TRT-RJ, é correto afirmar que:

- a) O Órgão Especial é formado por 14 membros, sendo todos escolhidos por antiguidade.
- b) A nomeação dos membros é livremente realizada pelo Presidente do Tribunal Pleno.

c) A composição do Órgão Especial ignora os critérios do CNJ e da Constituição, por serem normas externas.

d) A Constituição Federal e as normas do CNJ orientam a composição do Órgão Especial.

e) O Vice-Presidente e o Corregedor não integram o Órgão Especial, salvo deliberação expressa do Pleno.

**20.** Durante reunião de planejamento institucional, surgiu dúvida quanto à instância responsável por julgar mandado de segurança impetrado contra decisão proferida em dissídio coletivo de natureza econômica. Um servidor sugeriu encaminhamento à SEDI-II, com base na natureza do mandado. Outro servidor, no entanto, defendeu que o processo deve ser analisado pela própria instância que atuou no mérito da demanda coletiva.

Com base no Regimento Interno do TRT-RJ, é correto afirmar que o mandado de segurança em questão deve ser julgado:

- a) Pela SEDI-I, por ser mandado de segurança contra decisão colegiada.
- b) Pela SEDI-II, por tratar-se de ato praticado em sede de dissídio coletivo.
- c) Pela SEDIC, por se referir a ato praticado em processo de sua competência originária.
- d) Pelo Órgão Especial, considerando a relevância da matéria.
- e) Pelo Tribunal Pleno, em razão de sua competência recursal ampla.

## **NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

*Ricardo Torques*

**21.** Considerando o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 368/2023), considere:

I - O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.

II - As horas de trabalho dedicadas às atividades inerentes ao Comitê não serão consideradas parte da jornada de trabalho dos(as) servidores(as).

III - A laicidade do Estado é um dos princípios do programa.

Está coreto o que se afirma apenas em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I
- e) I e III.

**22.** De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança,

- a) Estabelecer uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão no trabalho é um dever dos Estados Partes.
- b) Considera-se como criança todo ser humano com menos de 21 anos de idade,
- c) Não há previsão acerca do melhor interesse da criança, diferentemente do Estatuto da Criança e do adolescente.
- d) Os Estados Partes devem respeitar o direito da criança que foi separada de um ou de ambos os pais a manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, ainda que isso seja contrário ao melhor interesse da criança.
- e) Os Estados Partes devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 18 anos de

idade participem diretamente de hostilidades relativas a conflitos armados.

**23.** Consoante a Constituição Federal de 1988, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, será possível que seja suscitado incidente de deslocamento de competência (IDC) para a Justiça Federal. O IDC

- a) será suscitado pelo Advogado-Geral da União perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) será suscitado pelo Advogado-Geral da União perante o Superior Tribunal de Justiça.
- c) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Conselho Nacional de Justiça.

**24.** Sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos dispõe que:

- a) A corte é composta por 5 juízes.
- b) A Corte pode ser provocada diretamente pela vítima de um ato violador de sua dignidade humana.
- c) O juiz que for nacional de algum dos Estados-Partes no caso submetido à Corte conservará o seu direito de conhecer o mesmo.
- d) Não se admite a nomeação de juízes *ad hoc*.
- e) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos comparecerá à corte apenas nos casos apresentados por ela.

**25.** Para que um tratado internacional sobre direitos humanos seja equivalente às emendas constitucionais em nosso país, exige-se:

- a) Deliberação unânime de todos os entes da federação.
- b) Aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Aprovação unânime de cada casa do congresso nacional em turno único.
- d) Aprovação unânime de cada casa do congresso nacional em dois turnos.
- e) Aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

*Emannuelle Gouveia*

**26.** Ao clicar na Barra de Tarefas do Windows, com o botão direito do mouse, qual das opções abaixo não está disponível no menu suspenso que aparece com essa operação:

- a) Mostrar a área de trabalho
- b) Gerenciador de tarefas
- c) Mostrar botão iniciar
- d) Mostrar botão cortana
- e) Mostrar botão visão de tarefas

**27.** No Word, temos a opção Selecionar que se encontra na guia Página Inicial, na área Edição. Ao clicarmos sobre ela, qual das opções abaixo NÃO será listada:

- a) Selecionar Tudo
- b) Selecionar Objetos
- c) Selecionar todo o texto com formatação semelhante
- d) Selecionar Parágrafos

e) Painel de Seleção

**28.** Política de senha é uma preocupação constante nas empresas e órgão em geral. Sobre esse assunto, é correto afirma que:

- a) Senhas devem ser compartilhadas entre funcionários para facilitar o acesso aos programas.
- b) Uma senha única deve ser utilizada pelo usuário para o seu acesso a todos os programas e plataformas, pois facilita a memorização.
- c) Senhas são pessoais e intransferíveis
- d) Senhas devem conter apenas números ou letras, mas devemos evitar misturá-los.
- e) Senhas não devem ser case sensitive.

**29.** É um ataque que se caracteriza pela alta capacidade de multiplicação e apresenta atuação autônoma.

- a) virus
- b) cavalo de tróia
- c) worm
- d) spyware
- e) cookie

**30.** Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CONCURSOS NO RIO DE JANEIRO. Para isso, ele deve usar que operador dentre os listados abaixo:

- a) -.
- b) ""
- c) E
- d) OU.
- e) site:

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

**31.** Sobre a aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta e mediata, dependendo de regulamentação posterior para produzirem todos os seus efeitos.
- b) As normas de eficácia plena admitem restrições infraconstitucionais para limitar seu alcance e aplicabilidade.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida não possuem aplicabilidade imediata, pois necessitam de complementação legislativa.
- d) As normas programáticas, por terem caráter principiológico, não possuem qualquer efeito jurídico imediato.
- e) Toda norma de direito fundamental tem eficácia plena, independentemente de qualquer regulamentação infraconstitucional.

**32.** Um município, preocupado com o aumento do comércio de eletrônicos importados, edita lei proibindo a venda de dispositivos eletrônicos fabricados no exterior sem certificação municipal de qualidade. Considerando as regras constitucionais sobre repartição de competências, essa lei municipal é:

- a) inconstitucional, pois trata de matéria de competência privativa da União.
- b) constitucional, pois compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) constitucional, pois a Constituição prevê competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre comércio exterior.
- d) inconstitucional, pois somente os Estados possuem competência legislativa para regular o comércio de bens importados.

e) constitucional, desde que haja lei estadual autorizando os municípios a regulamentar a comercialização de produtos importados.

**33.** O Presidente da República editou um decreto que, além de alterar a denominação de órgãos administrativos do Governo Federal, também extinguiu cargos vagos e transferiu alguns deles para outros ministérios, com base em sua discricionariedade administrativa. Considerando as normas constitucionais, a medida praticada pelo Presidente da República:

- a) é inconstitucional, pois a extinção e criação de cargos públicos são matérias reservadas à lei, e o Presidente da República não pode regulamentá-las por decreto.
- b) é regular, pois se insere nas atribuições do Presidente da República, que pode editar decretos relativos à organização da administração pública, desde que não envolvam aumento de despesas.
- c) é inconstitucional, pois o Presidente da República não pode transferir e extinguir cargos por decreto, uma vez que tal ato depende de autorização do Congresso Nacional.
- d) é válida, pois o Presidente da República tem competência para editar decretos autônomos sobre matérias administrativas, incluindo a criação e extinção de cargos.
- e) é válida, mas apenas se previamente houver autorização legislativa específica para a transferência e extinção de cargos.

**34.** Carlos, 40 anos de idade, é advogado com quinze anos de efetiva atividade profissional. Gabriela, 60 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com 30 anos de efetivo exercício. Roberto, 45 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com 20 anos de efetivo exercício. Carlos, Gabriela e Roberto, todos residentes e atuantes no Rio de Janeiro, possuem notável saber jurídico e reputação ilibada. Levando-se em conta apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região poderia vir a ser composto por:

- a) Gabriela e Roberto, apenas.
- b) Carlos e Gabriela, apenas.
- c) Carlos, apenas.
- d) Roberto, apenas.
- e) Carlos, Gabriela e Roberto.

**35.** Considerando o texto constitucional de 1988, quanto às funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo:

- I. Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- III. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.

- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

**36.** Atos administrativos consistem em declarações de vontade da Administração Pública ou de quem a represente, no exercício da função administrativa, sob regramento de direito público. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) o Poder Judiciário está legitimado para realizar controle de legalidade de atos administrativos discricionários praticados pelo Executivo, ainda que não tenham sido motivados.
- b) a Administração poderá invalidar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) a revogação consiste em manifestação de vontade da Administração que resulta no desfazimento de ato anterior, quando há uma confluência de conveniência, oportunidade e ilegalidade do ato.
- d) a finalidade do ato administrativo consiste na decisão da autoridade administrativa que o pratica.
- e) a competência diz respeito à pessoa a que se destinam os efeitos jurídicos produzidos pelo ato administrativo.

**37.** Em relação às disposições atinentes à organização administrativa, julgue os itens a seguir:

- I. Todo consórcio público, tenha personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal.
- II. A supervisão ministerial, modalidade de controle finalístico que ocorre nos termos fixados expressamente em lei, pode ser observada quando se realiza a fixação das despesas de pessoal e de administração da entidade vinculada.
- III. A participação de entidade empresarial estatal em empresa privada depende, em cada caso, de autorização do Poder Legislativo.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

**38.** Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A garantia do salário-mínimo refere-se ao vencimento básico, não ao seu valor global.
- b) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- c) O Judiciário está autorizado, por força do princípio da isonomia, a majorar remunerações dos servidores públicos.
- d) Servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.
- e) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos deve ser objeto de fundamentação acerca das razões pelas quais não propôs a revisão, sendo

que tal conduta não gera direito subjetivo à indenização.

**39.** Considerando as atuais regras sobre contratações públicas, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei 14.133/2021, aplica-se aos contratos que tenham por objeto operação de crédito interno.
- b) A Lei 14.133/2021, enquanto norma geral de contratações públicas, aplica-se aos contratos celebrados por empresas públicas prestadoras de serviços públicos.
- c) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a validade dos contratos administrativos.
- d) Nas contratações regidas pela Lei 14.133/2021, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias relacionadas a direitos indisponíveis.
- e) A Lei 8.666/1993 continuará a reger, durante toda sua vigência, os contratos celebrados após o início da vigência da Lei 14.133/2021, nos casos em que a Administração optou por licitar de acordo com Lei 8.666/1993.

**40.** Acerca dos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir:

I. O princípio da impessoalidade veda a promoção pessoal dos agentes públicos por meio da publicidade oficial de atos, obras e campanhas dos órgãos públicos.

II. O princípio da sindicabilidade impõe à Administração Pública sua submissão a mecanismos de controle efetivados por ela mesma ou pelo Poder Judiciário.

III. O princípio da especialidade refere-se aos órgãos especializados decorrentes da desconcentração administrativa.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

### **NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

*Stefan Fantini*

**41.** Os fragmentos a seguir foram extraídos do site do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ).

“Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

“Ser reconhecido perante a sociedade como instrumento efetivo de justiça célere e comprometida com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho.”

“Acessibilidade; agilidade; comprometimento; efetividade; eficiência; ética; inovação; resiliência; respeito à diversidade; segurança jurídica; sustentabilidade; transparência e; valorização das pessoas.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão, a missão e os valores do TRT-RJ.
- b) a missão, os valores e a visão do TRT-RJ.
- c) a missão, a visão e os valores do TRT-RJ.
- d) a visão, os valores e a missão do TRT-RJ.
- e) os valores, a visão e a missão do TRT-RJ.

**42.** A liderança em que o líder oferece recompensas aos liderados em troca do atingimento das metas e objetivos organizacionais é chamada de:

- a) Liderança transacional
- b) Liderança liberal
- c) Liderança democrática
- d) Liderança transformacional
- e) Liderança autocrática

**43.** De acordo com a Teoria dos Dois Fatores, de Frederick Herzberg, os dois fatores que explicam o comportamento das pessoas são:

- a) os fatores humanos e os fatores organizacionais
- b) os fatores sociais e os fatores organizacionais
- c) os fatores organizacionais e os fatores extraorganizacionais
- d) os fatores humanos e os fatores motivacionais
- e) os fatores higiênicos e os fatores motivacionais

**44.** Em certa organização, as normas estabelecem que deve ser negado atendimento a todo indivíduo que não apresente o documento original com foto. Nessa situação, quando o funcionário da organização nega atendimento ao indivíduo que não apresenta o documento original com foto, estamos diante de uma decisão

- a) analítica;
- b) não programada;
- c) intuitiva;
- d) programada;
- e) ponderada.

**45.** Quando o indivíduo é avaliado por seus subordinados, chefes, clientes, fornecedores, pares e, inclusive, por ele próprio, por meio da autoavaliação, estamos diante de uma ferramenta de avaliação de desempenho conhecida como

- a) Avaliação por resultados
- b) Avaliação 360°
- c) Avaliação por objetivos
- d) Avaliação por ciclos
- e) Avaliação sustentável

## **NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO**

*Antônio Daud*

**46.** Carlos trabalhou por mais de cinco anos como vendedor em uma empresa de varejo, sendo que, após período de dificuldades financeiras da empresa, Carlos começou a faltar ao trabalho com frequência, sem justificativa, e, em várias ocasiões, demonstrou um comportamento desinteressado em relação ao desempenho de suas funções, o que acabou impactando negativamente nos resultados da equipe.

Após um mês, ele continuou com a mesma conduta, o que levou a empresa a tomar a decisão de rescindir seu contrato de trabalho por justa causa, com base no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Diante dessa situação, assinale a hipótese de falta grave praticada por Carlos:

- a) insubordinação.
- b) indisciplina.
- c) desídia.
- d) incontinência de conduta.
- e) exigência de serviços superiores às suas forças.

**47.** Tomando por base as regras celetistas aplicáveis às entidades sindicais, assinale a alternativa que INCORRETA:

- a) São prerrogativas dos sindicatos impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas, entre outras.
- b) O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional não poderá ser transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.
- c) Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções de representação profissional ou administração sindical.
- d) A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria diferenciada.
- e) Categoria diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

**48.** Acerca do exercício do poder diretivo pelo empregador, é INCORRETO afirmar que:

- a) O exercício do poder fiscalizatório pelo empregador é limitado, havendo situações expressamente proibidas, como a realização de revistas íntimas em empregadas.
- b) No uso do poder diretivo pode a empresa definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.
- c) A higienização do uniforme em geral é de responsabilidade do trabalhador.
- d) O empregado pode recusar-se injustificadamente ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
- e) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

**49.** Claudinho é garçom no restaurante Breja Boa Ltda, com salário-fixo de R\$ 3.000,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que nos últimos doze meses totalizaram média de R\$ 2.000,00.

Considerando a jurisprudência sumulada do TST, se Claudinho vier a ser dispensado sem justa causa, a base de cálculo do aviso prévio será de:

- a) R\$ 5.000,00, porquanto as gorjetas entram no cálculo do aviso prévio, sejam oferecidas espontaneamente ou cobradas na nota de serviço.
- b) R\$ 1.000,00, considerando o abatimento do valor das gorjetas sobre o salário.
- c) R\$ 3.000,00, na medida em que as gorjetas não entram no cálculo do aviso prévio.

d) R\$ 3.000,00, pois somente as gorjetas oferecidas espontaneamente poderiam ser incluídas na base de cálculo do aviso prévio.

e) R\$ 5.000,00, na medida em que apenas as gorjetas cobradas na nota de serviço entram no cálculo do aviso prévio.

**50.** Assinale a alternativa que NÃO apresenta requisito doutrinário e jurisprudencial para aplicação da pena de dispensa por justa causa:

- a) Singularidade da punição.
- b) Presença de dolo ou culpa no ato faltoso.
- c) Prazo razoável entre o conhecimento da falta e sua punição, limitado a 2 anos.
- d) Tipicidade.
- e) Gravidade da conduta.

**51.** No que concerne às disposições celetistas e aos entendimentos sumulados pelo TST sobre controle da jornada de trabalho, julgue as assertivas abaixo:

- I. A modalidade de registro da jornada de trabalho constitui objeto ilícito de acordo ou convenção coletiva do trabalho.
- II. Caso o empregador conceda, durante a jornada de trabalho, intervalos não previstos em lei, tais períodos representarão tempo à disposição do empregador.
- III. É cabível o estabelecimento do controle de ponto por exceção à jornada normal de trabalho, desde que pactuado mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

52. No tocante à prescrição trabalhista, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível o reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, pela Justiça do Trabalho, ainda que prejudicialmente ao trabalhador.
- b) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- c) A interrupção da prescrição ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, exceto se vier a ser extinta sem resolução do mérito.
- d) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de oito anos.
- e) Prescreve em dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho, a pretensão quanto às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

53. Supondo que Roberval faltou ao serviço por 12 dias dentro do último período aquisitivo, sendo que o empregador não determinou o correspondente desconto, é correto afirmar que o trabalhador fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 24 dias corridos de férias.
- c) 22 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

## **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

*Bruno Klippel*

54. O advogado da empresa Vênus de Millus Produções Artísticas apresentou uma reconvenção na audiência UNA em que a reclamada foi notificada para apresentação de sua contestação em reclamação trabalhista. Provocado a se manifestar sobre a peça processual apresentada pela empresa ré, o advogado do reclamante Hércules impugnou a juntada da reconvenção sem justificar o motivo. Conforme teoria dos princípios gerais do Processo do Trabalho,

- a) não se admite em ação trabalhista nenhuma medida processual que não tenha previsão expressa contida na Consolidação das Leis do Trabalho e que seja contrária ao trabalhador.
- b) caberia a medida desde que houvesse concordância da parte contrária e que a mesma fosse apresentada antes da data da audiência para possibilitar o contraditório.
- c) embora haja omissão da norma processual trabalhista em relação à reconvenção, há súmula do Tribunal Superior do Trabalho interpretando pela sua absoluta incompatibilidade com o direito processual do trabalho.
- d) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) não caberia tal medida nesta fase processual porque somente é possível aplicar supletivamente norma do Código Processual Civil que não esteja prevista na lei trabalhista na fase de execução.

**55.** Considerando-se os princípios gerais do processo aplicáveis ao processo judiciário trabalhista é correto afirmar:

- a) A irrecorribilidade das decisões interlocutórias é um dos aspectos da oralidade, plenamente identificado no processo trabalhista.
- b) Não se aplica o princípio da concentração dos atos processuais em audiência, como ocorre no processo comum.
- c) Não há omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho que justifique a aplicação subsidiária do processo comum.
- d) Havendo omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho fica a critério de cada Juiz a aplicação do direito processual comum, cujo critério para adoção é a concordância das partes.
- e) A execução trabalhista poderá ser promovida apenas pelas partes interessadas, não havendo o impulso oficial “ex officio” pelo próprio Juiz competente.

**56.** Conforme normas legais que regulam a matéria, a competência da Justiça do Trabalho EXCLUI a análise e julgamento de ações

- a) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- b) oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- d) de indenizações por danos morais e também danos materiais ou patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho.
- e) penais para apuração de crimes contra a organização do trabalho, incluindo trabalho escravo e trabalho infantil irregular.

**57.** Considerando que o processo pode ser entendido como uma sequência ordenada de atos que devem seguir procedimentos e prazos previstos em lei, no Processo Judiciário do Trabalho, segundo normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho,

- a) intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e, a contagem, no subsequente.
- b) em qualquer situação a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia de feriado, não havendo necessidade de urgência ou determinação legal expressa.
- c) quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado, a partir deste dia porque se trata de dia útil forense.
- d) presume-se recebida a notificação vinte e quatro horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- e) o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em feriado, final de semana, ou em dia que não houver expediente forense, não se prorroga até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente.

**58.** Conforme dispositivos legais aplicáveis à matéria, quanto ao processo trabalhista em geral, é INCORRETO afirmar:

- a) Os prazos são contados com exclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não suspendendo os dias de sábado, domingo ou feriado.
- b) Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.
- c) Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida em lei.
- d) Nos dissídios individuais e coletivos do trabalho, nas ações de competência da Justiça do Trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de dois por cento, observado o mínimo de R\$ 10,64 e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- e) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

**59.** No tocante à revelia no processo do trabalho, considere:

- I. É tolerado o atraso de cinco minutos das partes no horário de comparecimento às audiências.
- II. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.
- III. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

IV. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

Neste caso e em consonância com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e jurisprudência sumulada pelo TST, está correto o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

**60.** Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

## Redação

Nos últimos anos, têm crescido os debates sobre o uso de tecnologias digitais nos processos trabalhistas, sobretudo com o avanço da digitalização do Judiciário e a expansão do teletrabalho. A Justiça do Trabalho tem sido desafiada a garantir a efetividade dos direitos sociais dos trabalhadores em um cenário de rápidas transformações, que envolvem desde a proteção de dados até a dificuldade de aferição de jornada em ambientes virtuais.

Além disso, o uso de plataformas digitais para contratação e controle de mão de obra, como no caso dos aplicativos de transporte e entrega, evidencia novas formas de organização do trabalho, muitas vezes sem vínculo formal reconhecido, o que impõe à Justiça do Trabalho a missão de conciliar inovação e justiça social.

Conforme destaca o relatório Justiça em Números 2023, elaborado pelo CNJ, mais de 90% dos processos que ingressam na Justiça do Trabalho já tramitam de forma eletrônica, e os tribunais vêm ampliando a adoção de ferramentas de inteligência artificial, videoconferência e gestão automatizada de dados.

**Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:**

**OS DESAFIOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---